

**UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA**

**ADRIANA MALDONADO GONÇALVES**

**O IMPACTO DA URBANIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO DA CIDADE DE FRANCA A PARTIR DO SÉCULO XIX**

**FRANCA  
2017**

**ADRIANA MALDONADO GONÇALVES**

**O IMPACTO DA URBANIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA  
CIDADE DE FRANCA A PARTIR DO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF  
*Centro Universitário Municipal de Franca*  
para obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Tereza Jacinto  
Teixeira

**FRANCA  
2017**

G624i

Gonçalves, Adriana Maldonado

O impacto da urbanização no desenvolvimento econômico da cidade de Franca a partir do século XIX. / Adriana Maldonado Gonçalves. — Franca: Uni-Facef, 2017.  
-64p.; il.

Orientador: Profa. Dra. Ana Tereza Jacinto Teixeira  
Bacharelado em Ciências Econômicas – Uni-Facef  
Trabalho de Conclusão de Curso

1.Economia.                      2.Industrialização.                      3.Urbanização.  
4.Desenvolvimento econômico – Franca -SP.      I.T.

CDD 338.981

**ADRIANA MALDONADO GONÇALVES**

**O IMPACTO DA URBANIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA  
CIDADE DE FRANCA A PARTIR DO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF  
*Centro Universitário Municipal de Franca*  
para obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas.

Franca, 16 de novembro de 2017

Orientador: \_\_\_\_\_

Nome: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Tereza Jacinto Teixeira

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Ms. Carlos Bruno Bettarello

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho a minha família, principalmente aos meus pais, aos meus professores pela paciência, auxílio e orientação, sobretudo por acreditarem em meu potencial durante meu caminho percorrido neste centro universitário.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

- primeiramente a Deus, por me dar forças, ânimo, não me deixando desistir e me ajudando todos os dias ao longo da minha vida acadêmica;

- aos meus pais Regina Aparecida Garcia Maldonado e Antenor Eurípedes Gonçalves, meu namorado Guilherme Brancalhão da Silva e meus demais familiares por todo apoio, compreensão e companheirismo;

- a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Tereza Jacinto Teixeira por seu auxílio, sua paciência e por acreditar em minha capacidade durante o desenvolvimento deste trabalho.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.” (Arthur Schopenhauer)

## RESUMO

Nesta monografia serão abordados os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico e urbanização. Será relatada a história da cidade de Franca, em aspectos econômicos, bem como seu processo de urbanização e industrialização. Na primeira seção tem-se as definições de desenvolvimento econômico e crescimento econômico, os pontos de vistas de alguns autores e também as distinções entre os dois termos. Na segunda seção será descrita a história de Franca em seus primórdios, como e quando se originou, como foi o processo de crescimento do município, quais eram suas características e quais as atividades econômicas que predominavam na época. Na terceira seção será abordado o conceito geral de urbanização, suas consequências, e de que forma corroborou para o desenvolvimento do Brasil e das cidades. Por fim, na última seção será retratado como aconteceu esse processo na cidade de Franca, quais foram seus impactos negativos e positivos, se houveram dificuldades, se o crescimento foi rápido e constante, não deixando de citar a importância do êxodo rural durante a industrialização da região.

**Palavras chave:** desenvolvimento, crescimento, urbanização, industrialização, economia.

## **ABSTRACT**

In this monograph the concepts of development and economic growth and urbanization will be addressed. It will be related the history of the city of Franca, in economic aspects, as well as its process of urbanization and industrialization. In the first section we have the definitions of economic development and economic growth, the points of view of some authors and also the distinctions between the two terms. In the second section we will describe the history of Franca in its beginnings, how and when it originated, how was the process of growth of the municipality, what were its characteristics and what economic activities prevailed at the time. Finally, the third section will address the concept of urbanization and how this process occurred in the city of Franca, what were its negative and positive impacts, if there were difficulties, if the growth was rapid and constant, not forgetting to mention the importance of the rural exodus during the industrialization of the region.

**Keywords:** development, growth, urbanization, industrialization, economy.

## RESUMEN

En esta monografía se abordarán los conceptos de desarrollo y crecimiento económico y urbanización. Se reportará la historia de la ciudad de Franca, en aspectos económicos, así como su proceso de urbanización e industrialización. En la primera sección se tienen las definiciones de desarrollo económico y crecimiento económico, los puntos de vista de algunos autores y también las distinciones entre los dos términos. En la segunda sección se describirá la historia de Franca en sus primordios, cómo y cuándo se originó, como fue el proceso de crecimiento del municipio, cuáles eran sus características y cuáles las actividades económicas que predominaban en la época. Por último, la tercera sección abordará el concepto de urbanización y cómo ocurrió ese proceso en la ciudad de Franca, cuáles fueron sus impactos negativos y positivos, si hubo dificultades, si el crecimiento fue rápido y constante, no dejando de citar la importancia del éxodo rural durante la industrialización de la región.

**Palabras clave:** desarrollo, crecimiento, urbanización, industrialización, economía.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População permanente do Arraial da Franca .....	25
Tabela 2 - Profissões no Arraial da Franca.....	25
Tabela 3 - População urbana e rural do Município de Franca (1940-1960) .....	47
Tabela 4 - Porcentagem da população urbana e rural (1950-1960) .....	48

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	14
1.1 Conceito de Desenvolvimento .....	14
1.2 O Desenvolvimento Econômico.....	15
1.3 Crescimento Econômico <i>Versus</i> Desenvolvimento Econômico .....	18
2 HISTÓRIA DA CIDADE DE FRANCA.....	24
2.1 Economia de Franca .....	27
2.1.1 Comércio do sal.....	28
2.1.2 A Mineração .....	29
2.3 Primeira Câmara Municipal.....	31
2.4 A cidade de Franca em 2017.....	31
3 URBANIZAÇÃO.....	34
3.1 Visão geral .....	34
3.2 População urbana, urbanismo e industrialização.....	37
3.3 A economia urbana, a participação do governo e as nações adiantadas .....	40
4 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE FRANCA .....	43
CONCLUSÃO .....	49
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	51
ANEXOS .....	53
Anexo A – Início da construção do edifício Franca do Imperador.....	53

Anexo B – Estação da Mogiana e grandes armazéns ao redor nos anos 40.....	54
Anexo C – Praça Nove de Julho .....	55
Anexo D – Antiga Casa de Câmara e Cadeia, já transformada em grupo escolar, no início do século XX.....	56
Anexo E – Rua Voluntários da Franca, loja Magazine Luiza .....	57
Anexo F – Igreja Matriz, Praça N.S. da Conceição, em 1922.....	58
Anexo G – Franca atualmente, em 2017, vista panorâmica. ....	59
Anexo H – Igreja Matriz, Praça N. S. da Conceição, em 2017. ....	60
Anexo I – Shopping de Franca.....	61
Anexo J – Shopping do Calçado de Franca.....	62
Anexo K – Rua Voluntários da Franca esquina com a Rua Monsenhor Rosa, loja Magazine Luiza, em 2017 .....	63

## INTRODUÇÃO

A princípio, para se entender os impactos da urbanização no desenvolvimento econômico da cidade de Franca, é de relevante importância um estudo fundamentado no que se diz respeito à urbanização como um todo e se faz necessário uma exposição sobre o surgimento e povoamento desta cidade, bem como o seu contexto histórico-econômico, desde os tempos remotos até os dias atuais, não deixando de definir conceitos básicos sobre assuntos relacionados com o tema aqui abordado.

De início, em relação a cidade de Franca, é importante afirmar que se obteve um crescimento acelerado da população urbana, devido ao fato de que indivíduos da área rural, vindos principalmente de Minas Gerais, chegaram buscando empregos nas fábricas e indústrias. Essa migração colaborou consideravelmente para a urbanização do município, elevando a taxa de crescimento da população.

Assim sendo, enquanto a população rural diminuía consideravelmente, a população urbana aumentava a cada dia mais, o que acarretou a ampliação da demanda por serviços públicos de saúde, educação, distribuição de energia elétrica, saneamento básico, habitação e outros serviços. Com a expansão do setor calçadista, logo iniciaram-se as exportações, por volta de 1970, o que alavancou significativamente a economia francana.

O tema em questão foi escolhido com o intuito de conhecer a origem do povoamento da cidade de Franca, a fim de analisar o seu âmbito econômico desde o século XIX até os dias atuais, realizando um comparativo e verificando se as consequências e impactos causados na urbanização local pelo desenvolvimento econômico colaboraram de forma positiva ou negativa para a economia local.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, pois apresenta conceitos e definições relacionados ao tema abordado, além da análise e interpretação de alguns fenômenos e processos contribuintes. Quanto a fonte desta pesquisa, foram consultados vários livros de diferentes autores, assim como artigos e outros tipos de leituras na internet. Os resultados obtidos foram apresentados de forma qualitativa através das informações explicitadas, a fim de compreender e verificar uma

visão mais ampla do assunto, mostrando como os fatos aconteceram e quais foram as consequências que estes causaram.

O primeiro capítulo traz o conceito geral sobre o desenvolvimento e suas diferentes interpretações, priorizando o aspecto econômico, de forma a explicá-lo como sendo um processo de melhorias e evoluções através de mudanças e aprimoramentos na qualidade de vida dos indivíduos de um determinado lugar, com o objetivo de satisfazer as suas necessidades básicas. Por conseguinte, é analisada a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico mostrando as relações existentes entre esses conceitos e a importância destes em uma economia.

O segundo capítulo aborda aspectos sobre a história da cidade de Franca, relatando como o município se formou, como se deu a sua povoação, além de expor como era a economia francana, quais eram as principais atividades econômicas da época e as características de cada uma delas. Consequentemente, apresenta-se um breve histórico de como se encontra a cidade de Franca atualmente e como é sua economia hoje.

O terceiro capítulo conta com o conceito sobre urbanização em um aspecto geral, trazendo um histórico de como esse processo se deu, quais foram as suas principais características, quais as consequências obtidas devido a essas transformações, além da sua relevância no país e no mundo.

No quarto e último capítulo será descrito também questões sobre a urbanização, porém, especificamente no município de Franca, mostrando como esse processo aconteceu, quais foram as suas contribuições para a cidade sejam elas positivas ou negativas e destacando quais foram as dificuldades que Franca enfrentou durante o período e como esse fator afetou a economia francana.

# 1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

## 1.1 Conceito de Desenvolvimento

A palavra desenvolvimento apresenta diversas interpretações, já que pode se referir tanto a pessoas e objetos como também a situações, ambientes e acontecimentos de diferentes tipos. Desta forma, é possível basear-se em determinados assuntos correlacionados como, por exemplo, o desenvolvimento social, o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento rural, dentre outros.

O termo em questão dispõe de um sentido positivo quando analisado, afinal, ao contrário do que muitas pessoas acreditam, o desenvolvimento é considerado como um processo de melhorias e evoluções que tem como objetivo a ascensão da qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos daquele determinado espaço, através de mudanças e aperfeiçoamentos.

Segundo Furtado (2000), existem duas dimensões inclusas no conceito de desenvolvimento. A primeira faz referência ao progresso de um sistema social de produção, o qual é mais eficiente quando há um aumento na produtividade da força de trabalho. No que diz respeito a segunda dimensão, *“as sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações”*. Furtado (2000, p.7)

Consecutivamente à Segunda Guerra Mundial houve a necessidade de refletir e debater sobre o tema desenvolvimento devido ao fato de que a maior parte da população humana já vivenciava situações de retardamento econômico. Sendo assim, começaram a ser utilizados indicadores específicos como, por exemplo, o nível de alfabetização, taxa de mortalidade infantil, ocorrências de doenças contagiosas, entre outros índices, que contribuiriam e ainda contribuem para medir, de certa forma, o desenvolvimento e, logo, a qualidade de vida dos indivíduos em uma sociedade.

Portanto, desenvolvimento e transformação estão totalmente interligados entre si, além dos conceitos de riqueza e eficácia, que também se encontram relacionados.

## 1.2 O Desenvolvimento Econômico

Neste subcapítulo, será abordado especificamente o conceito de desenvolvimento econômico.

Pode-se ressaltar que a definição de desenvolvimento econômico possui mais características qualitativas do que quantitativas, afinal, está associado a ideia de aperfeiçoamento e avanço da qualidade de vida e bem-estar de uma sociedade.

De acordo com Furtado (2000), em seu livro *Introdução ao Desenvolvimento*:

Medir um fluxo de bens e serviços é operação que somente tem consistência quando tais bens e serviços se ligam a satisfação de necessidades humanas objetivamente definíveis, isto é, identificáveis independentemente das desigualdades sociais existentes. Quando o economista adiciona gastos realizados pelos consumidores, está em busca de uma variável representativa da demanda efetiva e não de um indicador de bem-estar social (FURTADO, 2000, p.30).

Inicialmente, o desenvolvimento econômico era conceituado como sendo uma elevação do movimento de bens e/ou serviços maior do que o crescimento demográfico. Essa primeira idealização sobre esse tema foi sendo modificada continuamente por outras definições relacionadas a transformação das condições de vida de um grupo de indivíduos.

Ainda conforme Furtado (2000), sobre a ideia de desenvolvimento econômico:

O ponto de partida da reflexão sobre o desenvolvimento é a apreensão da realidade social; mais precisamente, a identificação das entidades que assumem as novas formas. Essa realidade é apreendida, por um lado, como algo *estruturado* e, por outro, desdobrando-se no tempo, vale dizer, como um *processo* (FURTADO, 2000, p. 41).

Por conseguinte, para que haja o entendimento de uma totalidade, o conceito de estrutura é primordial. Deste modo, a estrutura é definida como sendo um agrupamento harmonioso das relações existentes entre os componentes de um todo, sendo que essas relações geralmente são padronizadas através de um modelo de equações.

Assim, a estrutura mais comum usada pelos economistas é, de um lado, os meios de produção e, do outro lado, os produtos finais e o composto das relações presentes entre ambos.

Já sobre a definição de processo e sua ligação com o conceito de estrutura, “*se as relações estáveis são projetadas no tempo, isto é, como uma sequência de fatos, configura-se a ideia de causalidade, graças à qual a realidade social pode ser apreendida como um processo*”. Furtado (2000, p.42)

Além de Furtado (2000), outros autores também foram muito influentes no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, e expuseram suas teorias e críticas sobre o assunto. Dentre eles, pode-se citar Schumpeter *apud* Gremaud (2007), que elaborou a teoria do empresário inovador, baseando-se na ideia da demanda de capital como um agente instável.

Schumpeter, ao contrário de outros economistas que traduziam na forma de equações os problemas econômicos, tinha como foco principal a preocupação com as modificações da estrutura em si e também com procedimentos que proporcionavam certa individualidade à questão da história social.

Contrariamente aos economistas clássicos, cujo pensamento é que os aspectos determinantes para mover o desenvolvimento econômico são a acumulação de recursos, o aumento de produção e o crescimento demográfico, Schumpeter *apud* Gremaud (2007) considerava a tecnologia como sendo o fator mais importante na economia e estabeleceu quais os embasamentos que realmente contribuíam para o desenvolvimento econômico que, em sua visão, são a divisão do trabalho, a livre concorrência e a propriedade privada.

Outro autor também importante é Perroux *apud* Gremaud (2007), cujo pensamento é bem semelhante ao de Schumpeter *apud* Gremaud (2007).

Entretanto, como Perroux *apud* Gremaud (2007) interliga o desenvolvimento com a idealização de poder, este se tornou ainda mais influente do que Schumpeter *apud* Gremaud (2007). Isso se dá pelo fato de que enquanto Schumpeter enfatizava a questão tecnológica, a inovação e seus efeitos vinculados ao desenvolvimento, Perroux definia de forma complexa a questão da dominação e a sua interferência no desenvolvimento econômico.

Gunnar Myrdal *apud* Gremaud (2007) elaborou um trabalho de críticas referente as ideias dos neoclássicos e teve grande importância no progresso do conceito de desenvolvimento econômico. Este, por sua vez, acredita que o equilíbrio não é o fator principal que direciona o sistema social e que, quem se fundamenta nesse argumento, está se precipitando. Além disso, ele destaca também que qualquer intervenção de um elemento novo conseqüentemente desencadeará reações no processo de desenvolvimento.

Myrdal *apud* Gremaud (2007) baseou sua crítica partindo da análise econômica e isso fez com que tal crítica fosse considerada eficiente, já que os historicistas visavam expor uma outra opção para esta análise.

Um dos pensamentos mais importantes e contribuintes para a elaboração de um novo conceito ao desenvolvimento foi o de Prebisch *apud* Gremaud (2007). Sua crítica foi, a princípio, em relação ao processo de divisão internacional do trabalho, destacando os problemas e complicações referentes a teoria do comércio internacional. De acordo com as deduções relacionadas a essa teoria, comenta Furtado (2000):

[...] o comércio internacional não apenas era um “motor do crescimento” – posto que permitia a todos os países que dele participavam utilizar mais racionalmente os próprios recursos –, mas era também um fator de redução das disparidades nos níveis de renda entre países, pois eliminava os efeitos negativos da estreiteza dos mercados internos (FURTADO, 2000, p. 37).

O dilema principal da teoria do desenvolvimento é a questão da elevação da produtividade do trabalho e seus efeitos na divisão e na aplicação do produto social. Todavia, não se deve confundir os termos produtividade e desenvolvimento. Por mais que seja importante que as entidades individuais elevem sua produtividade para que, conseqüentemente seja elevada a produtividade de um todo, não é essa em si o que mais importa, já que dentro de uma empresa, quando há um acréscimo de produtividade o que geralmente ocorre é apenas uma elevação nos lucros desta entidade e não existe um impacto significativo no rendimento global.

Para Furtado (2000), o encadeamento do desenvolvimento econômico tem total relação com a elevação da produtividade juntamente da distribuição da renda de forma benéfica, pois esta questão é de fundamental importância para o crescimento da demanda.

Furtado (2000) defende a corrente nacionalista, e deixa bem claro que o desenvolvimento econômico é a consequência de relações de trocas existentes no passado, como na revolução industrial, e não simplesmente um processo memorável que os países passarão. Ainda segundo a compreensão do autor

[...] o desenvolvimento econômico é um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas (FURTADO, 1964, *apud* GUILLÉN, 2007, p. 143).

Pode-se observar que muitas mudanças expressivas vêm ocorrendo através das inovações como, por exemplo, o surgimento dos automóveis que substituíram os cavalos, antigamente utilizados como o único meio de transporte, não são apenas progressos de uma sociedade, mas sim uma modificação total em um estilo de vida.

### 1.3 Crescimento Econômico *Versus* Desenvolvimento Econômico

A definição de desenvolvimento econômico é considerada bem mais extensa do que a de crescimento econômico, embora ambos os termos possuem uma relação muito forte entre si. Enquanto o desenvolvimento econômico caracteriza-se pelo avanço e a melhora da qualidade de vida e situação socioeconômica de uma população, o crescimento econômico relata uma variabilidade na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Em relação aos conceitos e as diferenças de desenvolvimento e crescimento econômico, Gremaud (2006), em seu livro *Introdução à economia*, relata que

Por crescimento econômico entende-se a ampliação quantitativa da produção (do PIB) de modo continuado ao longo do tempo. Já o conceito de desenvolvimento é um conceito mais amplo, que engloba o de crescimento econômico. Dentro deste conceito o importante não é apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do PIB, mas também a natureza e a qualidade deste crescimento (GREMAUD, 2006, p. 395).

Por conseguinte, é possível analisar que um país só é considerado como desenvolvido economicamente se são boas as condições de vida dos indivíduos que

povoam esse determinado país. Entretanto, devido ao fato de existirem diversas culturas a concepção de boa ou má qualidade de vida é variável.

Logo, para medir o grau de desenvolvimento de certo país ou cidade, por exemplo, encontra-se pelo caminho muitas dificuldades para concluir o resultado desse índice.

Um dos pontos mais importantes da teoria econômica, desde a época dos autores e economistas clássicos, é essa apreensão sobre a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico e a correlação que ambos possuem entre si.

Adam Smith *apud* Gremaud (2007), em sua importante obra *A riqueza das nações* engloba justamente essa questão: como alavancar o crescimento e simultaneamente o bem-estar da população. Smith *apud* Amaury Patrick Gremaud ainda questionou o que deveria ser feito para que fossem aumentadas as riquezas de uma nação.

Outros autores como David Ricardo, J. Stuart Mill, T. Malthus *apud* Gremaud (2007), entre outros clássicos, abordaram esse tema também em suas respectivas obras. Desse modo, o objetivo de tais autores era descobrir de que forma seria possível alcançar o máximo de crescimento da produção.

Diante disso, a análise desse tema trouxe consigo o desencadeamento de outros temas relacionados como a distribuição de renda, o mercado, divisão do trabalho, a produtividade, entre outros, e de que forma esses elementos interferem no crescimento econômico.

Sobre o desenvolvimento econômico, foram desenvolvidos alguns trabalhos de grande importância. O destaque se dá ao livro *Teoria do desenvolvimento econômico* que foi escrito em 1911, cujo autor é J. Schumpeter *apud* Gremaud (2007). Nessa obra, de acordo com o exposto por Gremaud (2007), Schumpeter ressalta a diferenciação entre os termos crescimento e desenvolvimento:

Enquanto o primeiro (crescimento) refere-se a uma mera expansão da produção dentro de condições preestabelecidas (o fluxo circular), o segundo (desenvolvimento) refere-se a uma ruptura, mudança descontínua, com os padrões anteriores (alteração do fluxo circular) (SCHUMPETER *apud* GREMAUD, 2006, p. 396).

Para Schumpeter, segundo Gremaud (2007), a inovação é o aspecto principal para o avanço do desenvolvimento, no qual o responsável primordial é o empresário inovador ou também denominado empresário schumpeteriano. Assim, o crédito era o fator elementar para que haja o desenvolvimento já que ele facilita ao empresário a condição de inovar.

O autor Keynes *apud* Gremaud (2007) foi um dos autores indispensáveis no que diz respeito a questão da teoria macroeconômica. Após a Segunda Guerra Mundial, principalmente, devido as condições precárias e de pobreza que a maioria dos países enfrentavam começou-se uma inquietação quanto a capacidade de reestabelecimento e progresso da economia global.

Com isso, desenvolveram-se dois cenários de ensinamentos sendo elas a *Teoria neoclássica do crescimento econômico* e a *Escola do Desenvolvimento*. Logo, conforme Gremaud (2007), o que ambas querem demonstrar é que:

[...] as modernas teorias do crescimento buscam na teoria econômica identificar os determinantes do crescimento da renda per capita ao longo do tempo. Buscam, assim, entender como se comporta o produto ao longo do tempo e o que determina sua expansão; a Escola do Desenvolvimento possuía uma abordagem próxima à da História Econômica e identificava o desenvolvimento como a passagem de uma economia/sociedade atrasada (tradicional) para uma economia moderna, sendo que esta passagem era identificada com a transformação de uma sociedade agrária em uma sociedade industrial (GREMAUD, 2006, p. 396).

O conceito de crescimento visa expor o fato de quanto mais bens forem produzidos, mais chances os indivíduos possuem de satisfazerem suas necessidades, logo, o ideal seria que este fato proporcionasse a melhoria para a condição de vida desses indivíduos. Dessa forma, pode-se definir também que quanto maior for o PIB do país melhor seria a qualidade de vidas dessa sociedade. Todavia, não é bem assim que se sucede.

Gremaud (2007), exemplifica em sua obra a seguinte questão:

[...] a produção de um país como a Suíça, que tem menos de sete milhões de habitantes, não precisa ser tão grande quanto a produção do Brasil, que tem mais de 150 milhões de habitantes. A produção suíça pode ser muito inferior à brasileira e mesmo assim sua população poderá ter, individualmente, acesso a uma quantidade de bens superior à brasileira e será, portanto, considerada mais desenvolvida (GREMAUD, 2006, p. 402).

Assim sendo, percebe-se que, inicialmente, o conceito de produto *per capita*, que é a divisão entre a produção e número de habitantes desse país, é essencial para se medir o nível de desenvolvimento de uma nação. Entretanto, esse indicador é apenas uma média, uma representação do possível rendimento média daquela sociedade.

Logo, essa questão não tem como indicar que todos os indivíduos desse país obtenham exatamente o mesmo valor como rendimento ou a mesma quantidade de aquisição aos bens produzidos. Afinal, existem pessoas que possuem rendimentos menores que as outras e vice-versa.

Então, não seria adequado analisar o desenvolvimento econômico de um país apenas pela concepção de PIB *per capita*, porque o fato da má distribuição de renda, presente em muitas sociedades, que significa quando ocorre a concentração de renda alta em poucos indivíduos, pois, dessa forma, o país por mais que tenha aparentemente condições de vida positivas, a renda distribuída de forma tão desigual demonstrará que aquele país não é desenvolvido.

Além da distribuição de renda, é necessário analisar também os indicadores sociais de um país, já que o desenvolvimento econômico significa bem-estar e qualidade de vida da população residente nesse país.

Esses indicadores sociais se referem especificamente a qualidade de vida dos habitantes de um país, são eles: expectativa de vida da população, taxa de mortalidade infantil, fatores como a questão do acesso à água potável, grau de analfabetismo, saúde da população, educação, entre outros índices que propiciam analisar as condições da população e se há ou não qualidade de vida.

Referente a esses índices sobre o Brasil, Gremaud (2006) afirma que

Primeiramente, houve uma evolução positiva de muitos destes indicadores nos últimos anos. Tanto a esperança de vida da população brasileira ao nascer cresceu como a taxa de mortalidade infantil caiu significativamente, o analfabetismo caiu, etc. Isto indica melhores condições de saúde e educação da população brasileira (GREMAUD, 2006, p. 402).

Dividindo a população por classe de renda ou por região, é possível notar uma discrepante desigualdade, referente a esses indicadores sociais. Se comparado

com outros países, o Brasil está posicionado de forma intermediário no que se refere ao nível mundial, e ainda bem longe dos países desenvolvidos.

Assim, mesmo com os avanços e transformações positivas que o país obteve, no que diz respeito as condições de vida da população, ainda é necessário que muitas mudanças aconteçam para o que o Brasil se aproxime do nível de vida desses outros países.

Como constatou-se que a análise do desenvolvimento econômico apenas pela vertente da renda per capita por si não causa um resultado exato e, portanto, não é a mais indicada se utilizada isoladamente, então, a ONU, através do PNUD, desenvolveu outros tipos de indicadores para que fosse possível mensurar o nível de desenvolvimento dos países existentes.

À vista disso, evidenciam-se o IDH, que é o Índice de Desenvolvimento Humano e o ICV que é o Indicador de Condições de Vida. Ambos os indicadores englobam aspectos tais como educação, saúde, renda, e outras questões relacionadas ao bem-estar da população.

Desse modo, a ONU procura resultados mais próximos da verdadeira realidade em relação ao desenvolvimento dos países, podendo, assim, melhor analisar as condições de vida das sociedades.

Em sua obra Introdução à economia, o autor Gremaud explica como funciona o IDH:

O IDH é um índice que vai de zero a 1, sendo que quanto mais próximo da unidade mais desenvolvido é considerado o país [...] A partir este índice, foi construído um ranking e os países foram divididos em: países de alto (IDH maior que 0,8), médio (entre 0,5 e 0,8) e baixo desenvolvimento (abaixo de 0,5) (GREMAUD, 2006, p. 403).

No que diz respeito ao Brasil, de acordo com a última divulgação do IDH pelo site do IPEA, em 1996, numa totalidade de 174 países, o mesmo estava classificado na posição de país de médio desenvolvimento. Se esse indicador também for utilizado para mensurar e comparar as distinções entre regiões e/ou Estados, poderá ser observado um alto nível de desigualdade.

Referente ao fator distribuição de renda, o Brasil está quase no topo se comparado a países com péssima distribuição de renda. Percebe-se que até países considerados de baixo desenvolvimento econômico como, por exemplo, a Uganda ou a Etiópia, possuem uma boa distribuição de renda, muito melhor repartida do que ocorre no Brasil.

Segundo o Relatório sobre o desenvolvimento humano divulgado pelo IPEA

O desenvolvimento humano significa não apenas o desenvolvimento para as pessoas e desenvolvimento das pessoas, mas também pelas pessoas. Nesse sentido, cabe a cada país definir sua estratégia de desenvolvimento e, mais do que isso, assegurar que as pessoas, através de estruturas apropriadas, participem plenamente das decisões e processos que afetem suas vidas (IPEA/PNUD, 1996, p. 2-3).

É de relevante importância a distinção entre o crescimento e o desenvolvimento econômico, afinal é possível uma região, estado, cidade ou mesmo país conseguir crescer, todavia, não obtenha êxito no quesito desenvolvimento econômico e assim não sejam considerados desenvolvidos.

Outro aspecto também muito importante e que tem total e complexa correlação com o desenvolvimento econômico é o crescimento demográfico, ou seja, o aumento da população, a urbanização. Porém, este será um assunto a ser desenvolvido mais adiante.

## 2 HISTÓRIA DA CIDADE DE FRANCA

O município de Franca, conhecido popularmente como a *capital do calçado*, foi fundado no dia 3 de dezembro de 1805 (sendo o município fixado em 28 de novembro de 1824) e localiza-se no nordeste do estado de São de Paulo. Franca, em 2017, é composta por cerca de 347.237 habitantes, e destaca-se não só por suas indústrias calçadistas como também pela produção cafeeira. Todavia, a plantação de lavouras e a criação de gados foi o que deu início às atividades econômicas desta cidade.

A princípio, a região chamada inicialmente de Sertão dos Capins Mimosos e que se localizava perto dos rios Pardo e Sapucaí, teve sua história iniciada através dos bandeirantes, especificamente a partir da bandeira de Anhanguera Filho que no ano de 1722 executou a construção do então denominado *Caminho de Goiás* que fazia a ligação desde a cidade de São Paulo à Goiás, no caso, até as minas de ouro que integravam a Capitania de São Paulo.

De acordo com Chiachiri (1967), o nome *Sertão dos Capins Mimosos* se deu devido ao fato de que naquela região havia a predominância desse tipo de gramínea, e, assim o nome expressava uma característica forte daquele local.

Ainda sobre a origem do nome da cidade em questão, Chiachiri (1967) relata que o militar, escritor, pesquisador e ativista Luis D'Alincourt, no ano de 1818, apontou que o nome *Franca* era devido a região ser uma espécie de passagem aberta por onde passavam os tropeiros vindos de outros estados como, por exemplo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Já o viajante francês Saint Hilaire, afirmava que o nome *Franca* se originou como uma forma de homenagem ao General Antônio José de Franca e Horta devido ao seu notório e relevante empenho, enquanto governador da província, em ascender o distrito para Vila. Ressalta-se que o nome da cidade foi oficialmente em razão deste fato.

Logo começaram a surgir os conhecidos *pousos de tropeiros*, que eram lugares os quais os paulistas e seus respectivos animais de carga paravam para que pudessem descansar para então conseguirem prosseguir suas viagens com o objetivo

da busca por ouro do interior brasileiro. A partir desses pousos que surgiu a cidade de Franca, famosa nesse período com o nome de *Pouso dos Bagres*.

No ano de 1804, quando aconteceu a posse do Padre Joaquim Martins Rodrigues, o primeiro vigário, a denominação de Franca era Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Segundo CHIACHIRI (1986), no ano de 1819, a *Freguesia da Franca* dispunha de duas Companhias de Ordenança, as quais uma delas era governada por Hipólito Antônio Pinheiro e a outra administrada por José Gonçalves de Melo.

Ainda em 1819, CHIACHIRI (1986) aponta que no arraial da Franca, anteriormente denominado como Arraial Bonito do Capim Mimoso, existiam apenas 132 habitantes considerados permanentes do local, além disso, as profissões eram limitadas. Essas duas questões podem ser observadas nas tabelas abaixo:

**Tabela 1** - População permanente do Arraial da Franca em 1819

<b>Pessoas</b>	<b>Quantidade</b>
Componentes das famílias cabeças de fogos	59
Agregados	16
Fâmulos	14
Escravos	43
<b>TOTAL</b>	<b>132</b>

**Fonte:** CHIACHIRI, 1986, p.61

**Tabela 2** - Profissões no Arraial da Franca em 1819

<b>Profissões</b>	<b>Quantidade</b>
Padres	4
Carpinteiros	4
Jornaleiros	2
Ferreiro	1
Alfaiate	2
Taberneiro e ferreiro	1
Taberneiro e alfaiate	1
Negociante	1

**Fonte:** CHIACHIRI, 1986, p. 61

Além das profissões citadas, também haviam 3 meretrizes e as profissões que não foram especificadas, totalizando 14 indivíduos. Conforme as tabelas acima, esses eram os habitantes permanentes que integravam a população do arraial de Franca.

Segundo CHIACHIRI (1986, p.61), “na cidade ficavam os padres, os artesãos, os negociantes e as meretrizes”. O autor ainda ressalta que os negociantes, as meretrizes e grande parte dos artesãos eram da cor parda. No que diz respeito aos padres, esses eram praticamente os únicos que possuíam influência no aspecto econômico e notoriedade social. Já a riqueza e o poder se concentravam nas mãos de donos de lavouras e rebanhos.

No arraial as atividades eram estritamente sócio religiosas já que este tinha como principal finalidade prestar-se como local apenas para reuniões e também convergências do âmbito rural. Logo, o arraial não era um local de permanência.

Conforme Chiachiri (1967), no ano de 1821, os superiores e autoridades locais nomearam o povoado de Villa Franca D’el Rey, em homenagem a D. João VI que conseguiu, através de sua assinatura, fazer a ascensão de distrito para Vila.

Posteriormente, em 28 de novembro de 1824, houve uma nova mudança no nome da região, agora em homenagem a D. Pedro I que nomeou a vila oficialmente para Vila Franca do Imperador. Todavia, o Duque de Bragança, que estava assumindo o governo da Pátria, renomeou a região para Vila Franca do Imperador Constitucional, dois anos após a nomeação de D. Pedro I.

Em 24 de abril de 1856, aconteceu a ascensão de Vila para a categoria de cidade, logo, a região passou a se chamar Cidade de Franca e, posteriormente, como nos dias atuais, somente Franca.

No ano de 1890, a cidade de Franca recebeu a Estrada de Ferro Mogiana que, a posteriori, em 1988 foi abandonada e seus trilhos removidos já que houve a construção de uma variante que ligava Ribeirão Preto até Uberaba não precisando passar pela cidade de Franca.

## 2.1 Economia de Franca

À época, no início de 1800, Vila Franca do Imperador, situada em uma excelente localização geográfica, não foi uma povoação daquelas predestinadas a serem monótonas e paradas, desde os seus primórdios seus habitantes, através das atividades executadas, fizeram com que a região tomasse rumo ao progresso e a evolução.

Em conformidade com Chiachiri (1967), o clima foi sempre bastante favorável para atrair os moradores ocasionando muitos benefícios para que a localidade, principalmente no que diz respeito ao comércio, já que esta facilitava o acesso à Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

Desde o início, a criação de gados foi uma das atividades mais importantes na região. A partir daí que nasceu a relevância de Franca como sendo um dos melhores meios de criação de gados de raça, à exemplo, os gados *nelore*, *gir*, *guzerat* e *indubrasil*.

De acordo com Chiachiri (1967), sobre a pecuária em Franca,

[...] por volta de 1900, um engenheiro, a mando do governo, fez um estudo completo sobre a região francana, ouvindo longo e judicioso depoimento de um grande fazendeiro e criador francano, que discorreu sobre o gado de raça, sobre a lavoura e qualificou as terras como um perfeito conhecedor do assunto. Sobre as raças de gado, explanou bem o problema, demonstrando que na Franca já se cuidava da questão pecuária com muito carinho e de há longos anos". (CHIACHIRI, 1967, p. 36)

Nesse período, já era possível começar a idealizar a questão do comércio do sal, da pecuária e do garimpo em grande proporção, além da expansão da lavoura, principalmente do café. Após o ciclo do café, o foco principal foi a indústria coureira representada pelas fábricas calçadistas e a instauração dos curtumes.

De acordo com o que afirma Oliveira *et al* (1999),

A partir de 1850, o café passou a ter prioridade nos investimentos em detrimento da pecuária. Porém, esta cultura somente se disseminou com vigor a partir de 1870, acumulando parte dos capitais que seriam posteriormente aplicados na indústria calçadista, no início do século XX. Este ramo da indústria cresceu de forma gradativa e contínua durante todo este século tornando-se a principal atividade do município. (OLIVEIRA, p. 46, 1999)

É possível perceber que a economia francana se desenvolveu de forma distinta se comparada a economia do mundo. De acordo com Oliveira *et al* (1999), o crescimento econômico da região aconteceu de maneira gradativa durante o século passado. A economia de Franca, antigamente, era fundamentada na fabricação de produtos de subsistência e também beneficiada por seu caráter mercantil, propício para o acúmulo de capital.

Conforme expõe Oliveira *et al* (1999), ainda sobre as atividades econômicas de Franca,

A diversificação das atividades econômicas era a característica predominante na região francana: pecuária e seus derivados, comércio do sal, agricultura de subsistência, engenhos de açúcar e aguardente, tecelagem, garimpo, atividades artesanais e plantações de café. A pecuária parece ter sido o motor da economia do nordeste paulista, durante o século XIX, exercendo um efeito multiplicador gerando outras atividades correlatas. (OLIVEIRA, p. 46, 1999)

Logo, nota-se que o município de Franca foi beneficiado com essa diversidade de atividades no âmbito econômico o que proporcionou vários aspectos positivos para o desenvolvimento e crescimento da cidade. Desde tempos remotos a economia francana, apesar de ter fragilidades assim como as outras economias, vem apresentando bastante êxito e contribuições favoráveis à população.

### 2.1.1 Comércio do sal

No início do século XX, um dos maiores êxitos econômicos de Franca era o comércio do sal que já estava se ampliando de forma admirável e muito bem desenvolvido, sendo conhecido como “sal francano” no sul de Minas, nordeste paulista, Mato Grosso e Goiás quando transportado a partir de Santos, em direção a Campinas. Toda movimentação para o transporte desse sal tornou-se tão relevante que conquistou até mesmo a atenção do governo provincial.

No excerto abaixo, Chiachiri (1967) faz referência sobre como acontecia esse comércio do sal francano à época

[...] pacientemente, durante dias, semanas e meses, os tropeiros e carreiros, com suas mulas e bruacas, seus comboios de carros de bois atolados na lama ou cobertos da poeira vermelha das estradas, capatazes, intermediários, escravos, aguardavam o sal que os comboios de Franca iam buscar em Mogi-Mirim ou diretamente de Campinas. O sal era entregue aos

consignatários, que os revendiam pagando à Câmara Municipal da Vila, os impostos respectivos. Mas havia também os que recebiam o sal e não pagavam imposto algum. Sonegadores. (CHIACHIRI, 1967, p. 105)

Naquela época, o meio de transporte mais usado ainda era o carro de bois. Assim como hoje existem leis e regras para o tráfego de veículos, nesse período também existiam normas a serem respeitadas no que tange à circulação desses carros na área urbana. Essa norma era um Código de Posturas, criado no ano de 1839.

Pode-se afirmar que o comércio do sal continuou ainda por um longo tempo. Além do mais, este foi o símbolo do começo da evolução do, até então, arraial. No que diz respeito ao desaparecimento dessa atividade econômica, existe uma carta escrita no ano de 1867 que é guardada no Museu Histórico de Franca até os dias de hoje. Nesta carta, Estevão Leão Bourroul *apud* José Chiachiri (1967) descreve que “o rio Paraguai, ao abrir navegação fluvial, arrefeceu o velho sistema do transporte, por ser mais prático e econômico, e daí [...] surgiram então os grandes garimpos[...]”.

Portanto, é possível perceber, diante do exposto, o quão importante foi o comércio do sal, já que a partir dessa atividade econômica que se iniciou um notório crescimento na questão econômica da cidade, que, por conseguinte, passou a ser embasada em outro tipo de atividade econômica que será abordada no próximo subcapítulo, que foi o surgimento dos garimpos e a relevância da mineração.

### 2.1.2 A Mineração

Segundo as afirmações de alguns historiadores da cidade de Franca, o surgimento dos garimpos na região serviu de grande atração para os paulistas e mineiros. Suspeita-se que a mineração, na verdade, manifestou-se antes mesmo do próprio comércio de sal. De acordo com Carmelino Corrêa Jr. *apud* José Chiachiri “a mineração na região do rio Santa Bárbara, Patrocínio e seus afluentes apareceu em 1790, mais ou menos”. (Chiachiri, 1967, p.45)

Entretanto, haviam discordâncias referente a essa ideia. O primeiro a se opor foi Estevão Leão Bourroul que afirmava com toda certeza que o garimpo apareceu posteriormente ao comércio de sal, mais especificamente a partir de 1835,

que foi o período em que se iniciou a exploração das terras localizadas próximas a Santa Bárbara (atualmente Patrocínio Paulista), Canoas, Sapucaí-mirim, entre outros.

Sobre os diamantes, estes eram o fator mais atrativo para os paulistas tanto de Franca como de Patrocínio Paulista, desde a época em que o velho distrito de Santa Bárbara pertencia à Vila Franca do Imperador, e o processo de garimpagem ainda continuou por muito tempo nessa região.

### 2.1.3 A produção têxtil

Em tempos remotos, eram-se exigidos muitos sacrifícios, e as gerações dos séculos passados aprendiam a dar o verdadeiro valor a tudo o que faziam, mesmo vivendo uma vida repleta de dificuldades. Exceto o sal, tudo o que as pessoas precisavam para viver estava no que elas mesmas produziam, já que o *mercado* não existia, pelo menos não como é possível observá-lo hoje em dia.

Chiachiri (1967) esclarece essa questão em seu livro *Vila Franca do Imperador* afirmando que

[...] o açúcar era resolvido com os tabletes de rapadura, que se empilhavam com fartura nas fazendas, principalmente após a colheita de cana, na fervura do caldo em grandes tachos, produzindo o melado [...] a carne, com o abate dos bois e dos porcos [...] o pão era substituído pela farinha de mandioca e de milho, ou pelas broas e pelos pau-a-pique. O calçado, pelas sandálias de couro cru ou as botinhas de atanado, para quem tinha o luxo de usá-lo [...] (CHIACHIRI, 1967, p. 141)

Entre os anos de 1800 a 1850, a então Vila Franca do Imperador se evidenciava pela produção têxtil, ressaltando também o artesanato, a tecelagem com os teares de madeira, tudo realizada manualmente.

O começo do processo da fabricação têxtil se dava a partir da plantação do algodão o qual era muito bem preparado nas colheitas. Os carneiros eram tosados, ou seja, suas lãs eram aparadas e, posteriormente, enroladas em novelos.

Logo em seguida, era necessário o tingimento desses fios. Para isso, as tintas utilizadas vinham do urucum, do ipê-roxo, da piúna, da aroeira, do anil, entre outras plantas que eram manuseadas para a preparação das tintas. E, por mais

inusitado que pareça, a finalização do tecido era com um “banho de barro” feito com o objetivo de fixar as cores e/ou escurecer o tecido.

Posteriormente, iniciava-se o processo de tecelagem onde os fios tingidos passavam pelas antigas rodas de fiar. Ressalta-se que a cidade de Franca já possuía um sistema de tecelagem muito bem desenvolvido para a época.

### 2.3 Primeira Câmara Municipal

Em 29 de novembro de 1824 foi criada a primeira Câmara Municipal da cidade de Franca, ainda considera Vila no período em questão. Chiachiri (1967) explica como funcionava a Câmara de Franca

[...] as câmaras da Vila Franca funcionavam em residências particulares, geralmente na residência de seu presidente. Homens dotados de um senso de responsabilidade tremenda, não se negavam, os edis da época, ao trabalho sem remuneração e tratavam das coisas públicas às vezes com bastante sacrifício. É o que deduzimos das cartas e dos projetos de lei, dos pareceres e do julgamento dos casos em que estava em jogo o erário público. (CHIACHIRI, 1967, p. 50)

De acordo com o termo de abertura de um dos Pelouros presente no livro nº 3 de *Actas de eleições para Vereadores e m.is empregados* que ainda se encontra conservado no Museu Histórico de Franca, tem-se as seguintes nomeações: como Juízes Ordinários foram eleitos o Capitão Hyppólito Antônio Pinheiro e Antônio Martins Rodrigues. Para vereadores: Jozé Justino Falleiros, Jozé Simão d’Almeida e Francisco Roi.z Nunes. O procurador eleito o Alferes Jozé Roi.z de Barros; o escrivão da Câmara era o Alferes Thomaz de Souza e, por fim, o Juiz de Órfãos que era o Capitão Januário Jozé de Souza.

### 2.4 A cidade de Franca em 2017

O município de Franca é considerado o maior produtor de calçados não só do Brasil como também da América Latina e abrange mais de mil indústrias do ramo calçadista. Pode-se citar as mais conhecidas: Carmen Steffens, Sândalo, Democrata, Calvest, Amazonas, Ferracini, Samello, dentre outras, não deixando de

ressaltar que todas elas se encontram bem estruturadas de forma a respeitar e cumprir todas as leis sócio ambientais.

Vários outros lugares do mundo como Europa, Ásia, Estados Unidos também apreciam os calçados francanos, já que estes se tornaram uma referência mundial seja pela qualidade, conforto ou design, pois uma boa parte da produção calçadista destina-se à exportação, e isso se deve a grande variedade produzida nos segmentos feminino, infantil e especialmente masculino.

Observa-se que não só as indústrias têm papel fundamental na economia de Franca como também os setores de metalurgia, cosméticos, joias e diamantes sendo um dos maiores polos de lapidação do mundo, móveis, alimentos e bebidas e comércio em geral.

Outra atividade econômica importante na região e que faz girar a economia francana é a agricultura, já que Franca é considerada o centro de uma das maiores produtoras de café do mundo que é a Alta Mogiana. Devido ao sabor naturalmente adocicado e inigualável, além da alta aceitação internacional, o café desta região se destaca fortemente.

A maior parte da produção de café aqui existente é comercializada pela Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas, a COCAPEC, participando de todas as etapas de distribuição do café e integrando diversos agricultores.

Além disso, a prestação de serviços e principalmente o comércio são grandes contribuintes para a economia francana já que não só os moradores da cidade como também a população da região é dependente dessa atividade econômica devido ao fato de na cidade se concentrar grandes empresas como Magazine Luiza, WalMart, Makro, dentre outras, além do Shopping do Calçado e Franca Shopping, grandes centros comerciais e varejistas.

Em seu livro Vila Franca do Imperador, Chiachiri (1967) afirma alegremente que *essa é a Franca de hoje: ainda se cuida com carinho do gado de raça; ainda se planta café dos mais finos do mundo e ainda suas indústrias dão vida e dinamismo à toda região!* (Chiachiri, 1967, p.15)

Logo, de fato, mesmo com todas as transformações e evoluções que aconteceram na cidade, em aspectos gerais e principalmente econômicos, a cidade de Franca ainda preserva algumas questões de antigamente como ao que se refere as atividades econômicas de criação de gado e agricultura, sendo que a economia francana veio a se fortalecer com a implementação das indústrias que trouxe para o município diversas contribuições vantajosas.

### 3 URBANIZAÇÃO

#### 3.1 Visão geral

Inicialmente, define-se urbanização como sendo um processo de desenvolvimento da sociedade e também da tecnologia através de transformações que causam uma transição do meio rural para o meio urbano.

Nesse caso, leva-se em consideração vários fatores que caracterizam a urbanização como, por exemplo, a implantação de infraestrutura urbana, instalação de eletricidade, saneamento básico, serviços de saúde, educação e transporte para os indivíduos, aumento considerável da população em espaço urbano se comparado com a população rural, dentre outros aspectos. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pode-se considerar como zona urbana as cidades que possuem acima de dois mil habitantes.

Resumidamente, de acordo com Hauser (1976), o sistema de urbanização fundamenta-se no chamado êxodo rural, ou seja, o deslocamento de uma população em massa, partindo do campo, do meio rural, com destino às cidades. Diante disso, tem-se como um dos motivos principais dessa transferência a questão da industrialização que causou a substituição dos trabalhadores camponeses por máquinas cuja tecnologia permitia a execução das mesmas atividades que os trabalhadores realizavam de forma braçal.

Todavia, no Brasil, esse intenso êxodo rural que aconteceu trouxe consigo resultados desfavoráveis, como a falta de empregos nos setores, secundário e terciário, o que, conseqüentemente, ocasionou a expansão de favelas, além do aumento da economia informal e, na maioria dos casos, o aumento da população menos favorecida, ou seja, pobre.

Conforme Hauser (1976) aponta em sua obra Estudos de urbanização, a necessidade do desenvolvimento nas cidades estava associada basicamente a quatro aspectos: tamanho da população global; controle do ambiente natural; desenvolvimento tecnológico e progresso da organização social. Dessa forma, o autor explica que

O tamanho da população constitui fator essencial do desenvolvimento urbano, pois é indispensável à existência de qualquer aglomeração de seres humanos, um número mínimo de habitantes para que a vida em grupo possa ser sustentada [...] o ambiente deve ser passível de controle oferecendo um mínimo de condições à vida [...] o ambiente natural supria as necessidades de sobrevivência: alimento, abrigo, roupas e suprimento adequado de água. (HAUSER. 1976, p.1)

Com o surgimento das inovações tecnológicas, adquiriu-se grandes avanços tanto no setor agrícola e de pesca como também houve a criação das vias, irrigações, melhorias na criação de rebanhos, entre outros benefícios e, assim, a tecnologia foi se tornando cada vez mais eficaz e necessária.

De acordo com o exposto por Mota (1999), no que diz respeito ao processo de crescimento da população e extensão das cidades,

O aumento da população e a ampliação das cidades deveria ser sempre acompanhado do crescimento de toda a infra-estrutura urbana, de modo a proporcionar aos habitantes uma mínima condição de vida [...] a ordenação deste crescimento faz-se necessária, de modo que as influências que o mesmo possa ter sobre o meio ambiente não se tornem prejudiciais aos habitantes. (MOTA, 1999, p.17)

Porém, no real processo de urbanização, geralmente, não é isso que acontece e sim o contrário, ou seja, o que ocorre é um planejamento totalmente inadequado causando uma desordem no crescimento, além da questão da ausência de infraestrutura de qualidade.

Destaca-se que a urbanização causa notórios efeitos negativos sociais, ambientais e econômicos. Quanto a esse fato, Silva (1997) afirma que

A urbanização gera enormes problemas, deteriora o ambiente urbano, provoca a desorganização social, com carência de habitação, desemprego, problemas de higiene e de saneamento básico. Modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana. A solução desses problemas obtém-se pela intervenção do poder público, que procura transformar o meio ambiente e criar novas formas urbanas. (SILVA, 1997, p. 21)

Com isso, para que haja uma diminuição nesses impactos negativos, se faz necessária a existência de um planejamento urbano de excelência. Entende-se por planejamento urbano o agrupamento de ações realizadas e implementadas pelo

governo referente as atividades urbanas, que não podiam ser orientadas pelo mercado.

Nesse caso, o incentivo governamental ao planejamento urbano acontecia de diversas maneiras, sendo uma delas o fato que: as cidades cujo plano de desenvolvimento não era obrigatório somente poderia obter recursos para obras de infraestrutura se tivessem um planejamento de desenvolvimento urbano.

De acordo com Hauser (1976), a urbanização passou a ter força a partir dos séculos XIX e XX, com o desenvolvimento da industrialização, principalmente após o período da Primeira Guerra Mundial. Entre os anos de 1800 a 1950 houve um crescimento da população global em duas vezes e meia, ou seja, nota-se que o crescimento a nível mundial que era acelerado nesse período resulta em uma elevação ainda mais rápida da população urbana.

A priori, com o acelerado crescimento que estava acontecendo nas cidades devido a expansão da industrialização, os resultados foram de péssimas condições de habitação, dificuldades de abastecimentos, complicações no trânsito, tudo isso devido à elevação da circulação de pessoas, além da instauração de fábricas e indústrias.

Entretanto, Hauser (1976) descreve que esse fato também ocasionou efeitos positivos, já que

Foi no século XIX que a humanidade atingiu tanto o grau de desenvolvimento econômico como o de organização social, que permitiram o aparecimento, relativamente amplo, de cidades bastante grandes. Do lado tecnológico, os desenvolvimentos incluíram técnicas que aumentaram muito a produtividade dos gêneros agrícolas e não-agrícolas. (HAUSER, 1976, p. 2)

Dessa forma, era evidente uma elevação na produtividade principalmente devido ao crescimento da utilização de energias não-humanas, ou seja, aqui acontece o surgimento das máquinas movidas primeiramente a água ou vento, posteriormente a vapor e recentemente por combustíveis minerais ou mesmo por eletricidade. Assim, o progresso tecnológico foi se expandindo com o estímulo da revolução industrial.

### 3.2 População urbana, urbanismo e industrialização.

Para medir o grau de urbanização de uma localidade são considerados, em geral, apenas aspectos demográficos, levando em conta a proporção da população residente em espaços urbanos. Quanto as características do termo urbanização, Hauser (1976) argumenta que

Por razões de conveniência, em especial nos estudos estatísticos os termos urbano e urbanização são considerados, usualmente, apenas no sentido demográfico, referindo-se às aglomerações de determinado tamanho ou proporção de uma população global que vive em locais de determinado tamanho. (HAUSER, 1976, p. 8)

Assim sendo, a população de classificação urbana tem variâncias de país para país. Além das questões demográficas, deve-se levar em consideração também os âmbitos administrativos, políticos ou mesmo histórico-culturais. Destaca-se que a população urbana se eleva a partir de três fatores: do crescimento natural, das taxas líquidas de migração e de reclassificação.

Referente ao crescimento natural, esse elemento expressa o número maior de nascimentos contra um número menor de óbitos. A taxa líquida de migração demonstra o excedente da imigração sobre a emigração. Já a taxa de reclassificação ressalta a distribuição da população advinda dos ambientes rurais para os meios urbanos.

Por conseguinte, “à medida que a avançada tecnologia e organização social permitiram aglomerações maiores de população, a imigração deve ter aumentado de importância, como fonte de crescimento populacional urbano” expõe Hauser (1976, p.30).

Segundo Hauser (1976), o Anuário Demográfico das Nações Unidas exibiu algumas definições sobre o termo urbano, dentre elas pode-se citar três atributos essenciais, sendo eles: a classificação das pequenas divisões civis sob um critério a ser escolhido e que pode incluir o tipo de governo local, o número de habitantes e a proporção da população dedicada a agricultura; a classificação dos centros administrativos das pequenas divisões rurais; e a classificação de localidades de certo tamanho como urbanas.

Conforme Hauser (1976) aponta sobre o urbanismo e a relação dessa expressão com as Ciências Sociais,

Embora a consideração do urbanismo e da urbanização como sendo variável dependente seja de grande interesse para as Ciências Sociais, maior interesse, talvez, haveria no conceito da cidade como uma variável independente. O fato de a cidade tornar diferente o modo de vida foi percebido pelos antigos e registrados nos primeiros documentos históricos. (HAUSER, 1976, p.10)

Ainda com relação ao fato acima exposto, Sjoberg *apud* Hauser (1976) realizou uma síntese sobre a distribuição do espaço na cidade pré-industrial a qual possuía muros típicos que causava essa divisão por secções. Além disso, na área central dessas cidades, geralmente se localizavam a sede do governo, o mercado principal e as construções religiosas. Sjoberg *apud* Hauser (1976) ainda relata que

Agrupadas perto destes edifícios mais importantes, achavam-se as moradias relativamente mais luxuosas da elite, muitas vezes com a fachada dando para dentro e apresentando à vista da rua uma parede lisa e inóspita. (SJOBORG *apud* HAUSER, 1976, p. 14)

Logo, é possível notar que a distribuição do centro da cidade contava com a associação à riqueza e ao poder verificando-se de forma clara que nesse caso eram excluídos e menos favorecidos os indivíduos de classificação pobre ou aqueles afastados da região central.

Outra característica dessas cidades pré-industriais é a questão da limitação de recursos referente à circulação de mercadorias e de pessoas ocasionando em um elevado congestionamento, além de condições precárias quanto às necessidades básicas de saneamento e higiene da população.

Posteriormente, com o acontecimento da revolução industrial, a estrutura física das cidades pré-industriais se modificou, onde desapareceram os muros que causavam as divisões sociais nesses locais, além do surgimento de melhorias nos sistemas de transportes devido a expansão da tecnologia que foi tomando proporções cada vez maiores. Ademais, com a construção de novos e maiores edifícios em regiões mais afastadas do centro houve uma descentralização da elite que se interessaram mais por essas novas áreas de cunho mais atraente.

Sobre a industrialização, Hauser (1976) ressalta que é notável a harmonia existente entre a organização social e as mudanças tecnológicas nesse período já que

Por um lado, surgiu uma aglomeração de pessoas e de atividades econômicas muito mais ampla do que até então fora possível em grande escala. O investimento urbano em infraestrutura expandiu-se enormemente, incluindo-se não somente habitações mais elaboradas e permanentes, mas também redes de transporte e comunicação mais complexas e a multiplicação de amenidades como: água encanada, esgotos, iluminação e coleta de lixo. (HAUSER, 1976, p. 10)

Por consequência, se faz necessário evidenciar que essas transformações que ocorreram durante o século XX no que tange ao desenvolvimento das cidades, constata-se que essas novas forças interferiram efetivamente em toda a sua estrutura física. Referente a tecnologia, cujos primeiros sinais de avanço foram em relação a energia elétrica implantada, ao surgimento de automóveis e rodovias e ao sistema de telefonia, esta teve função relevante na dispersão das atividades econômicas por todo o cenário.

Todavia, assim como já foi dito, todas essas transformações, se não devidamente planejadas e executadas, podem causar diversos problemas, como no caso dos Estados Unidos, por exemplo, que, em resposta à acelerada urbanização, sofreu com problemas na estrutura física da cidade durante o século XX. Quanto a esse fato, Hauser (1976) descreve que nos Estados Unidos,

[...] os edifícios urbanos, residenciais, industriais, comerciais e governamentais, foram construídos apressadamente. As formas de uso do solo e o desenvolvimento da infraestrutura urbana foram, na maior parte, produto das forças do mercado, que produziram excepcional planta física, mas também, rápido obsolescimento e deterioração. Incluem, pelos padrões dominantes, proporções relativamente grandes de habitações abaixo do padrão [...] a poluição do ar e da água tem-se convertido, cada vez mais, em problemas críticos, como também um adequado sistema de esgotos e remoção dos detritos sólidos. (HAUSER, 1976, p.15)

Com isso, observa-se que esses problemas físicos da cidade contemporânea se originam devido ao tamanho e a densidade da população. O que causa um incremento forçado das atividades de planejamento urbano pelo governo com o objetivo de remodelar a cidade, suas construções, estruturas físicas, sociais e econômicas, a fim de buscar o desenvolvimento constante.

### 3.3 A economia urbana, a participação do governo e as nações adiantadas

Com o processo de urbanização, a chamada *economia urbana* causou um engrandecimento na posição social de um comerciante ou de um manufator, os colocando em condições acima das circunstâncias de proprietários de terras fazendo que os trabalhadores, posteriormente, ocupassem a posição de maior poder econômico.

Outro fator importante que acelerou o avanço tecnológico foi a progressiva divisão do trabalho e da especialização. Com o avanço tecnológico em expansão, se fazia necessário cada vez mais a utilização de energia não-humana, ou seja, começou-se a serem implantados os sistemas fabris, construindo-se fábricas e tornando os trabalhadores mais operários do que artesãos. Conseqüentemente, segundo descreve Hauser (1976),

Com a emergência da cidade industrial e a expansão do comércio, tomou vulto a confiança no mecanismo de mercado, para determinar a economia – para distribuir recursos e regular a produção de bens e serviços. Isto foi conseguido, em grande parte, através do jogo da competição e da operação do mecanismo de preços. (HAUSER, 1976, p.17)

Diante disso, diversos problemas apareceram como abusos trabalhistas, desigualdade na distribuição de riquezas, flutuações no nível da atividade econômicas, prolongados índices de desemprego, fraudes, realizações de monopólios, e outros, todos estes devido ao crescente tamanho e densidade da população, além da elevada dificuldade da organização econômica.

A posteriori, a crescente intervenção do governo foi de extrema relevância para proporcionar benefícios aos mais fracos, ampliando os serviços governamentais. Logo, o setor público econômico se expandiu assim como os serviços de educação, saúde. Transportes, dentre outros, sendo possível perceber que a urbanização associada à industrialização incentivou tanto as funções como os funcionários governamentais. Essa alegação se confirma com o exposto por Hauser (1976) onde o autor explicita que

A urbanização, pois, afetou profundamente o governo como forma de organização social. Intensificou bastante o intervencionismo governamental, desafiou as ideologias tradicionais concernentes ao papel do governo, modificou a natureza do governo representativo, introduziu novas e substanciais questões políticas, mudou o caráter da administração pública, alterou as relações intergovernamentais centrais, regionais e locais e tornou obsoletas muitas das estruturas locais. (HAUSER, 1976, p. 29)

É importante salientar que esse processo de rápida urbanização também teve interferência de maneira crescente no cenário do poder político de aglomerações de populações urbanas e rurais. Além do mais, os efeitos da urbanização na função do governo não se limitaram apenas ao âmbito nacional como também mundial, não deixando de frisar a questão da imigração como sendo um dos fatores determinantes desse crescimento populacional.

Em relação a urbanização e as economias de nações mais avançadas, ou seja, aquelas consideradas como desenvolvidas, estas possuem como característica o aspecto da fertilidade e mortalidade. Com isso, Hauser (1976) aponta que

A respeito desta, fica claro que nas nações do Ocidente, uma combinação de fatores incluindo-se melhores condições sanitárias do ambiente, higiene pessoal e medicina, antibióticos e inseticidas, acha-se atuando no sentido da convergência, em baixos níveis, das taxas de mortalidade urbana e rural. (HAUSER, 1976, p. 31)

Diante do excerto acima, é possível afirmar que a urbanização trouxe nesses locais grandes quedas na fertilidade. Isso se dá devido ao fato de que com o surgimento do urbanismo e novo modo de vida existente, deveriam ser tomadas decisões mais racionais quanto a questão de ampliar o tamanho das famílias. Logo, a questão da fertilidade já era controlada pelas populações urbanas, sendo que esse planejamento se iniciou dentro dos grupos que possuíam mais acesso à educação, além de rendimentos mais elevados.

Hauser (1976) aponta em sua obra *Estudos de urbanização* que apesar de existirem características semelhantes quanto a urbanização das áreas adiantadas e das áreas em desenvolvimento, verificam-se também várias diferenças importantes a serem citadas. Quanto a essas diferenças, o autor explica que

Em primeiro lugar, demonstram que pode ser arriscado pressupor que todos os padrões de urbanização seguidos no passado, nas áreas adiantadas, aplicar-se-ão no futuro, inevitavelmente, às regiões em desenvolvimento; em segundo lugar, o exame crítico do processo e impacto da urbanização nas áreas em desenvolvimento pode proporcionar base para um teste das generalizações e hipóteses, em relação a urbanização derivada da experiência ocidental. (HAUSER, 1976, p. 32)

Dentre as principais diferenças entre áreas adiantadas e em desenvolvimento, segundo o autor, pode-se citar: diferenças na situação política mundial contemporânea compara à que prevalecia quando as nações adiantadas, pela primeira vez, passaram pela experiência de uma urbanização rápida; diferenças das forças que produzem a urbanização; diferenças na proporção da população em relação a recursos e níveis de vida; diferenças em pontos de vista básicos e sistemas de valores.

No que diz respeito a essas forças que produzem essas diferenças no processo de urbanização tanto das nações em desenvolvimento atuais e as do passado como as nações adiantadas atualmente, Hauser (1976) conclui que

Nas nações adiantadas da atualidade, a industrialização, a urbanização e o desenvolvimento econômico em geral são, principalmente, o produto das forças de mercado, através das quais se atingem a diferenciação de função, distribuição espacial, os recursos de localização e o desenvolvimento econômico. (HAUSER, 1976, p.33)

Conclui-se que a urbanização ocorreu de forma rápida e no decorrer da história houve um acúmulo de imperfeições no que tange o planejamento urbano, como a implantação da infraestrutura necessária, a capacidade do mercado de trabalho, que por não terem sido devidamente planejados aconteceram erroneamente. Como resultado desta falta de planejamento, aconteceu uma desordem entre o crescimento e a qualidade de vida das pessoas, da qualidade ambiental, social, política e econômica.

Portanto, diante do conteúdo apresentado, nota-se que é de extrema importância a contribuição do planejamento urbano na minimização dos impactos e problemas gerados pelo crescimento urbano desordenado.

#### 4 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE FRANCA

De acordo com o exposto por Lima (1997), em seu livro *A construção da cidade Franca – Século XIX*, a princípio, as primeiras ocupações na área urbana do município de Franca se deram a partir dos arredores da Igreja Matriz por meio de terrenos que foram doados para a igreja. A realização desse método de doação de terrenos no meio urbano iniciou-se em 1º de outubro do ano de 1828.

Para que esse processo acontecesse era necessário a presença do então chamado arruador – indivíduo designado para efetuar o planejamento da cidade. Todavia, essa função não era executada com êxito, o que ocasionou diversos problemas para a Câmara, sendo esta a figura que controlava a cidade na época.

Sobre as dificuldades que a cidade de Franca enfrentou no seu processo de urbanização, Lima (1997) afirma que

Além da falta de funcionários para fiscalizar a ocupação urbana e a lenta aceitação da população em cumprir as normas para essa ocupação, o próprio relevo contribuía para trazer mais problemas à Câmara. A existência de várias boçorocas em Franca impediu um crescimento urbano contínuo e organizado. (LIMA, 1997, p.85)

Essas boçorocas que a autora cita é um fenômeno geológico, são erosões, ou seja, buracos de grande proporção geralmente resultados de fortes chuvas que agriem o solo enfraquecendo-o e tornando-o seco e infértil, ficando vulnerável à desmoronamentos.

Para solucionar esse tipo de problema ou pelo menos amenizá-lo, os vereadores da Câmara sugeriram que fossem criados impostos aos habitantes da cidade para que, assim, houvesse verbas para a Câmara fazer os consertos necessários e beneficiar os moradores. Todavia, não foi bem assim que aconteceu. Os impostos não resolveram esse problema que, além de se agravar cada vez mais, começou a gerar outras complicações: os indivíduos eram diferenciados por causa desse fato e a ocupação da cidade foi afetada.

Os grupos considerados de classe alta eram privilegiados com terrenos em regiões que tinham poucas chances de haver desmoronamentos. Já para os indivíduos mais pobres restavam as regiões com maior predisposição a esse tipo de problema.

É possível ter uma noção de como aconteceu a formação física do município de Franca através do Livro de Registro de Doação de Terrenos no que diz respeito ao período de 1826 até 1897, quando a Câmara era quem concedia as licenças para esses terrenos.

Nesse livro de registros consta que na década de 1830-1840, quando a Câmara passou a ter maior colaboração nas atividades administrativas da cidade, foi o período em que houveram mais concessões assim como na década de 1890-1900 devido ao fato de que foi nesse período em que iniciou-se a expansão econômica de Franca através do café.

Observa-se também que, durante o século XIX a área mais habitada do município era a área central, mais especificamente ao redor da Igreja Matriz. Todavia, em 1880, as áreas próximas a Estação também começaram a serem fortemente povoadas devido a vinda da Companhia Mogiana.

A justificativa de Lima (1997) para esse acontecimento é que

O crescimento da produção de café e a vinda da Companhia Mogiana para Franca motivou o crescimento da cidade em direção à estação ferroviária. Tal fato provocou o aumento de pedidos de terrenos para aquela região [...] o maior número de concessões na década de 90 ocorreu na região da Estação/Via Férrea. (LIMA, 1997, p.92)

Ressalta-se que nessa época o comércio era a atividade mais executada na cidade principalmente nos entornos da Estação, e devido a isso foram relatadas leis mais severas para que houvesse maior controle quando a atividade em questão. Ainda nesse período, final do século XIX, também foram criadas leis e regras referente a construção da cidade, sobre a distribuição das ruas e praças.

A inauguração da ferrovia de Franca foi realizada no ano de 1887, pela Companhia Mogiana, depois de muito tempo fazendo estudos e trabalhando arduamente, inicia-se uma nova fase na expansão da cidade, passando a concorrer, até mesmo, com os grandes polos e centros urbanos. Conforme apresenta Ferreira (1983) em seu livro Franca Itinerário Urbano, sobre a chegada da Companhia Mogiana no município,

A companhia Mogiana avança com seus trilhos pelo nordeste paulista, seguindo a velha rota do Anhanguera [...] as longas viagens a cavalo ou carro de boi começam a tornar-se relíquias do passado. A ferrovia tudo transforma, com rapidez. Novas pousadas, hotéis, novas construções, depósitos, a cidade se dinamiza. (FERREIRA, 1983, p. 33)

A instituição de uma linha férrea proporcionou vantagens para o desenvolvimento da economia da cidade de Franca, trazendo novas concepções de mercado o que ocasionou um direcionamento para o segmento de exportações de café e produtos de subsistência. Quando à importação, esta era voltada para os produtos manufaturados.

Com essa contribuição positiva para o município, é possível notar as várias mudanças que o mesmo veio sofrendo com o decorrer o tempo. Segundo afirma Ferreira (1983),

A cidade muda sua feição, o jardim público que se inicia, a nova Matriz se ergue imponente, novos prédios em alvenaria, os mestres italianos chegando, com sua arquitetura rebuscada ante a pobreza da arquitetura local. A rua que liga o centro à estação ferroviária vai se enchendo de construções [...] até a luz elétrica já beneficia a cidade, suas ruas recebem a água encanada. (FERREIRA, 1983, p.35)

Assim, ao final do século XIX, aparece o primeiro loteamento chamado Cidade Nova, que já possuía grandes avenidas e ruas vastas. À medida que o desenvolvimento da cidade foi acontecendo, não só no que tange aos aspectos econômicos como também nas características físicas, foram planejados três novos bairros, sendo eles denominados de: Santos Dumont, Vila Aparecida e Boa Vista.

Entretanto, o povoamento destes só ocorreu efetivamente por volta de dez anos após sua implantação. É importante destacar a grande relevância das estradas para o desenvolvimento de Franca que fez com que a cidade fosse se ampliando mais e mais.

No período da ditadura de Vargas já era perceptível as modificações no município principalmente em relação as necessidades básicas e higiene da população, como a instalação da rede de esgotos e água encanada. A praça central passou a se tornar um lugar onde havia mais jovens reunidos e ainda passou a ser cenário principal no surgimento do primeiro arranha céu da cidade, o então intitulado *O Franca do Imperador*.

Segundo Ferreira (1983), referente a contínua transformação do município francano,

[...] a visão protetora de conjuntos de bens culturais urbanos tem uma abrangência maior, procurando antes de tudo, interpretações de caráter social através de todas as indagações possíveis atinentes à antropologia cultural, à história, à política, à economia, à geomorfologia, à arquitetura, etc. A cidade tem que ser encarada como um artefato, como um bem cultural qualquer de um povo. Mas um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se autodevora e expande em novos tecidos recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação. (FERREIRA, 1983, p. 44)

Os novos prédios que foram sendo construídos conseqüentemente exigiam uma demanda de serviços que ainda não existiam em Franca. À época, o que determinava a questão econômica da cidade era a produção de café e, por conseguinte, a oligarquia de café existente, ou seja, os grandes empreendedores desse setor.

Esse grupo, por sua vez, decidiu então, construir um hotel para a cidade ao mesmo nível e de mesma proporção que o crescimento econômico de Franca estava tomando. Obtendo o apoio da Câmara Municipal e também da Prefeitura, inaugurou-se em 7 de setembro de 1928 o *Hotel Francano*.

Porém, logo em seguida, no ano de 1929 aconteceu a grande crise e a queda da Bolsa de Nova Iorque que afetou a economia e desestabilizou a cidade de forma significativa. Com isso, o Hotel Francano fechou suas portas e foi à falência, já que não haviam mais meios de manter um hotel desse, de alto nível.

A Segunda Guerra Mundial também causou fortes efeitos para a economia francana, após o ano de 1945, onde a pecuária e também o café perderam espaço, dando abertura para o segmento industrial calçadista. Havia naquela época várias fabriquetas, pequenos espaços para confecções de calçados voltados para o público rural e campestre, porém essas oficinas acabaram sendo praticamente substituídas por médias e grandes indústrias de calçados devido a todo um processo de aprimoramento e mecanização do meio produtivo.

No município de Franca também não foi diferente. A cidade passou por várias transformações até chegar nos dias de hoje. De acordo com Ferreira (1983), no exposto em seu livro *Franca Itinerário Urbano*, a cidade começou sua expansão e,

As fábricas trouxeram para a cidade novas levas de imigrantes. Imigrantes de toda natureza, desde o agricultor ignorante e simplório até pessoas de alta qualificação que vieram a chamado da alta burguesia paulista ou à cata de oportunidades variadíssimas. (FERREIRA, 1983, p.34)

Por conseguinte, dentro da indústria calçadista abrangia-se também outros setores assistenciais ao processo de produção de um calçado como no caso das indústrias de solados e borrachas, curtumes e empresas que fabricavam e consertavam instrumentos e máquinas que fazia parte da produção de calçados.

A tabela abaixo mostra dados sobre a população urbana e rural de Franca entre os anos de 1940 e 1960, dados esses que estão presentes no Censo Demográfico efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

**Tabela 3** - População urbana e rural do Município de Franca (1940-1960)

<i>Município de Franca (1940-1960).</i>					
Censos	Rural	%	Urbano	%	Total
1940	31.652	56,83	24.038	43,17	55.690
1950	24.575	45,94	28.910	54,06	53.485
1960	18.887	27,75	49.150	72,25	93.613

**Fonte:** IBGE – Censos Demográficos: Série Regional – São Paulo (1940-1960).

Pode-se observar que no ano de 1940 o total de habitantes, no que diz respeito a população urbana da cidade de Franca era pouco mais de 43%. No ano de 1950 já é possível afirmar que, com 54%, a população urbana é de fato a população dominante no município. Na década de 50 a população urbana teve seu crescimento ainda mais intensificado, possuindo agora 72,25% de habitantes presentes na área urbana da cidade.

De acordo com o que foi citado por Garcia (1997) em seu livro *Migrantes mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial*,

[...] apesar de afastada dos grandes centros urbanos de produção industrial e mesmo do poder, a cidade de Franca apresentou um desenvolvimento urbano e industrial considerável a partir da década de 1950. Sua indústria tradicional de couros e calçados teve um papel muito importante nesse processo que modificou essencialmente a paisagem urbana em poucas décadas. (GARCIA, 1997, p.34)

Na tabela abaixo observa-se a porcentagem da população urbana e rural entre os anos de 1950 e 1960 no município de Franca.

**Tabela 4** - Porcentagem da população urbana e rural (1950-1960)

Região	1950		1960	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Município de Franca	54,06	45,94	72,25	27,75
Estado de São Paulo	52,50	47,50	62,81	37,19
Interior do Estado de São Paulo	39,68	60,32	52,73	47,27
Grande São Paulo	87,64	12,36	83,60	16,40
Capital do estado de São Paulo	93,36	6,64	88,00	12,00
Eixo Industrial RJ/SP/Guanabara	55,90	44,10	65,81	34,19

**Fonte:** IBGE – Censos Demográficos: Série Regional – São Paulo (1950-1960)

No período entre a década de 50 e 60 em Franca, é necessário destacar que a aglomeração urbana já superava a média do estado de São Paulo, encontrando-se em categoria inferior apenas se comparada com a cidade de São Paulo, fato esse que deixou de existir logo após, na década de 60, quando Franca obteve a taxa de urbanização mais elevada do que a da cidade de São Paulo.

Por fim, é possível concluir que a urbanização teve grandes impactos no desenvolvimento econômico e social da cidade de Franca, e assim como houve diversos problemas iniciais, o processo de urbanização trouxe muitos ganhos e benefícios para a população francana.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou conceitos e definições relacionadas ao desenvolvimento e crescimento econômico e urbanização. Também abordou a história de Franca como um todo e principalmente como foi o processo de criação e urbanização da cidade, assim como de que forma esse processo afetou a cidade.

Sobre o município francano, baseado nas fontes estudadas e aqui citadas, é possível afirmar que no ano de 1805 foi criado um dos maiores centros urbanos da região, a então *Freguesia de Franca*, posteriormente, em 1824, passada de freguesia para vila. Nesse período também houve o surgimento da Câmara Municipal, a qual era designada a fazer toda administração dessa região.

Quanto a economia de Franca, que inicialmente era sustentada pela agricultura e a pecuária, em meados do século XX teve essa história econômica transformada com a implantação das indústrias calçadistas, principalmente, que tomaram conta da região.

Além da produção de café, da criação de gados e, posteriormente, da indústria de calçados, outras atividades econômicas importantes da cidade à época foram também o comércio de sal, o artesanato e a produção de tecidos de algodão.

Analisando Franca no século XIX, quanto ao seu crescimento, é possível verificar várias falhas e deficiências que a cidade possuía e que, por consequência, impediam e atrasavam o desenvolvimento do município. Uma das grandes dificuldades enfrentadas foi a questão de ausência de verbas da Câmara Municipal que era um grande empecilho no que tange as construções ou consertos fundamentais para a população. Outro fator era a inexistência de pessoas preparadas e qualificadas para concretizar essas obras.

Devido a esse fato, a Câmara passou a solicitar auxílio de um grupo privado para conseguir executar os planejamentos e em troca autorizava licenças que favoreciam apenas uma minoria.

Ainda sobre a falta de verbas que sofria a Câmara Municipal, a população reclamava sobre os salários atrasados e não se dedicavam tanto às suas funções já que estavam desmotivados.

Outro fator contribuinte para um crescimento inicial inconstante da cidade foi devido ao relevo, já que as boçorocas, ou seja, grandes buracos causados por fortes chuvas, dificultavam o nivelamento dos terrenos e o arruamento das áreas necessárias e planejadas.

Foi com a vinda da estrada de ferro, implantada pela Companhia Mogiana em 1887, que o crescimento do município se expandiu largamente devido ao fato de facilitar às exportações e com isso foram surgindo novos bairros e loteamentos e o comércio ao redor dessa região foi se instalando, além da construção de grandes prédios, armazéns, depósitos e a colocação da rede de água e esgotos e energia elétrica, entre outros serviços que tiveram que ser aprimorados e expandidos conforme a nova demanda que estava se estabelecendo.

Com o êxodo rural, principalmente a partir da década de 1950, a população francana foi se tornando cada vez mais urbana. A intensificação da industrialização, por volta da década de 1960, acarretou mudanças no perfil urbano da cidade de Franca.

Conclui-se que, apesar das dificuldades sofridas, a cidade de Franca obteve êxito em seu desenvolvimento e crescimento econômico. A industrialização e todos o processo de urbanização vividos foram de fundamental importância para o município que hoje é considerado um dos melhores no que tange aos indicadores econômicos e sociais, principalmente referente a questão dos empregos e sobre a qualidade de vida.

É importante ressaltar que ainda há muito o que se desenvolver, aprimorar e melhorar, a cidade apesar de excelentes qualidades e características ainda assim conta com várias falhas que precisam ser resolvidas, muitas delas que já advém de governos anteriores e dependem de uma boa administração para superar todos os problemas que enfrenta.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARBIX, Glauco (Org.); ZILBOVICIUS, Mauro (Org.); ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

BARQUERO, Antonio Vázquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

CHIACHIRI, José. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica e Editora Ltda, 1986.

CHIACHIRI, José. *Vila Franca do Imperador*. 1. ed. Franca: O aviso de Franca, 1967.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: USP, 1999.

FERREIRA Mauro. *Franca Itinerário Urbano*. São Paulo: Laboratório das Artes, 1983.

*Franca*. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>>. Acesso 15 out. 2017.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. *Migrantes mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980)*. Franca: UNESP - FHDSS, 1997.

GILL, Richard. *Introdução ao desenvolvimento econômico*. Editora LCE, 1963.

GREMAUD, Amaury Patrick et al. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2007.

HAUSER, Philip Morris. *Estudos de Urbanização*. São Paulo: Pioneira, 1976.

*História do município e cidade de Franca, Vila Franca do Imperador*. Disponível em: <<https://homemculto.com/2013/04/03/historia-do-municipio-e-cidade-de-franca-vila-franca-do-imperador/>>. Acesso em 02 jul. 2017.

IBGE. *Censo demográfico: Série Regional de São Paulo (1950)*. Rio de Janeiro, 1954, p. 132-133.

LIMA, Cacilda Comássio. *A construção da cidade Franca – Século XIX*. Franca: UNESP – FHDSS, 1997.

MOTA, S. *Urbanização e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de; CAMPANHOL, Edna Maria; FILHO, Hélio Braga. *Trilhas econômicas: Franca passado e presente*. Franca: FACEF, 1999.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. *Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos*. 4. ed. Franca, Uni-FACEF, 2013.

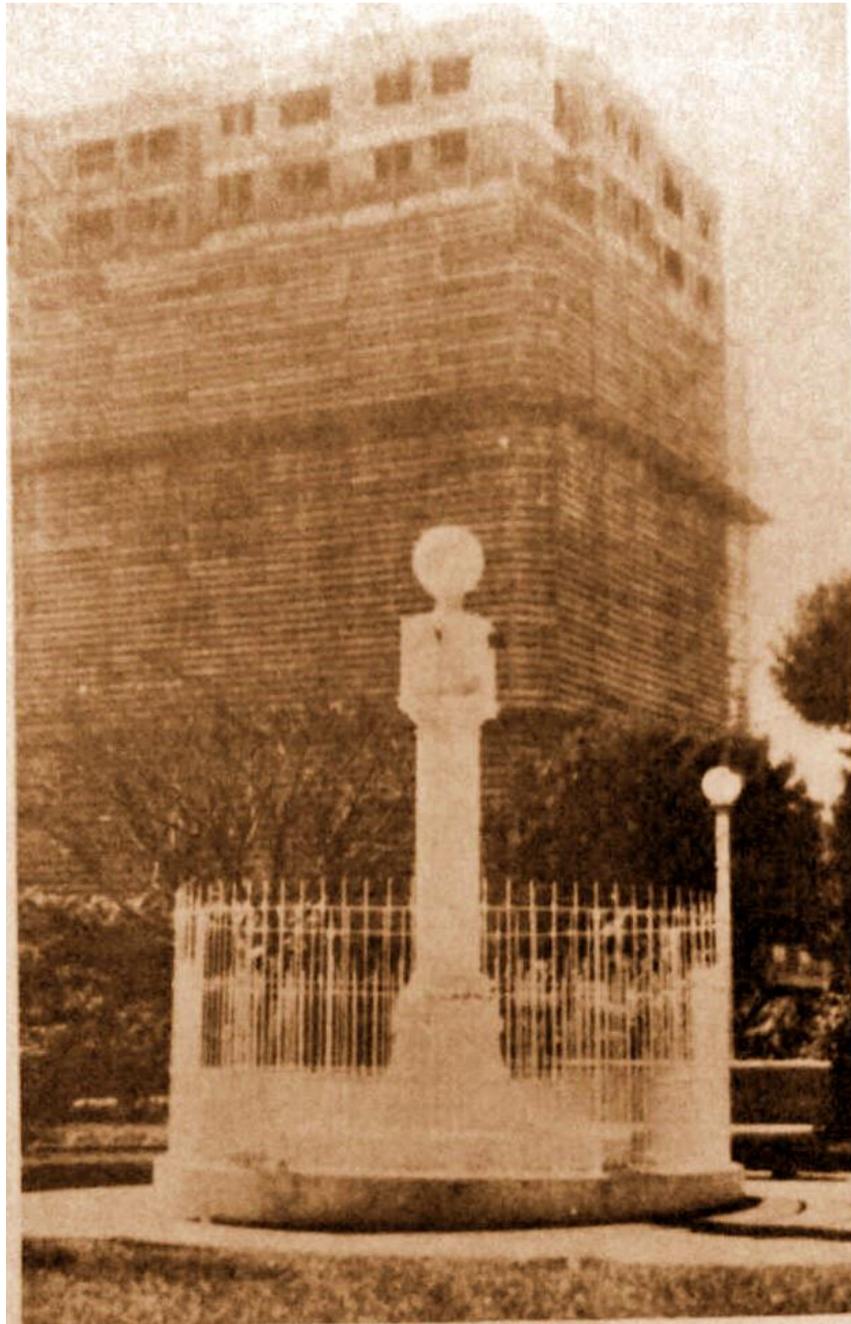
SILVA, J. A. da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo: MALHEIROS EDITORES, 1997.

*Sobre Franca*. Disponível em: <<http://www.encontrafranca.com.br/franca/>>. Acesso em 01 jul. 2017.

*Urbanização*. Disponível em < <https://www.significados.com.br/urbanizacao/> > Acesso em 14 out. 2017.

## ANEXOS

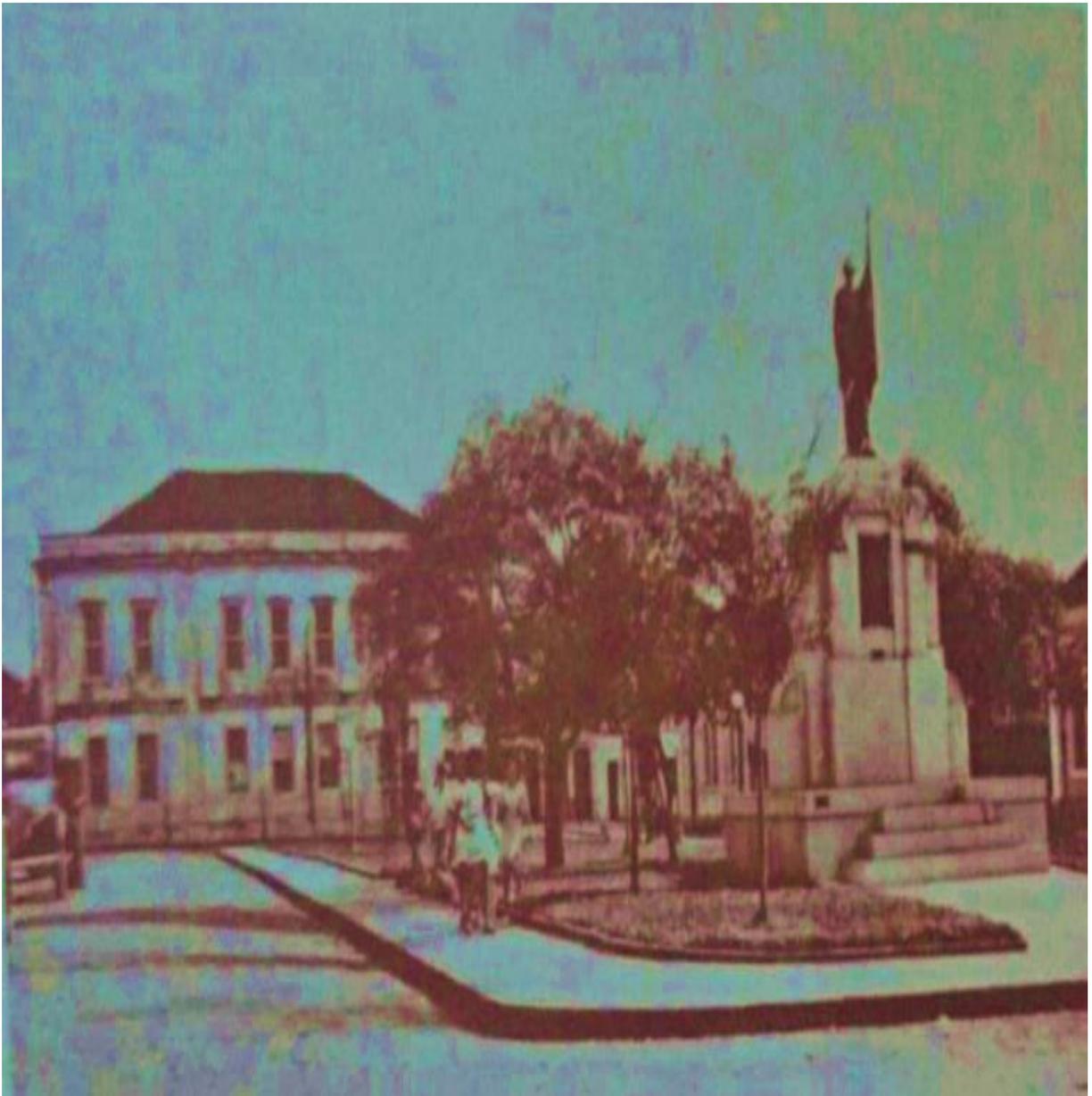
### Anexo A – Início da construção do edifício Franca do Imperador



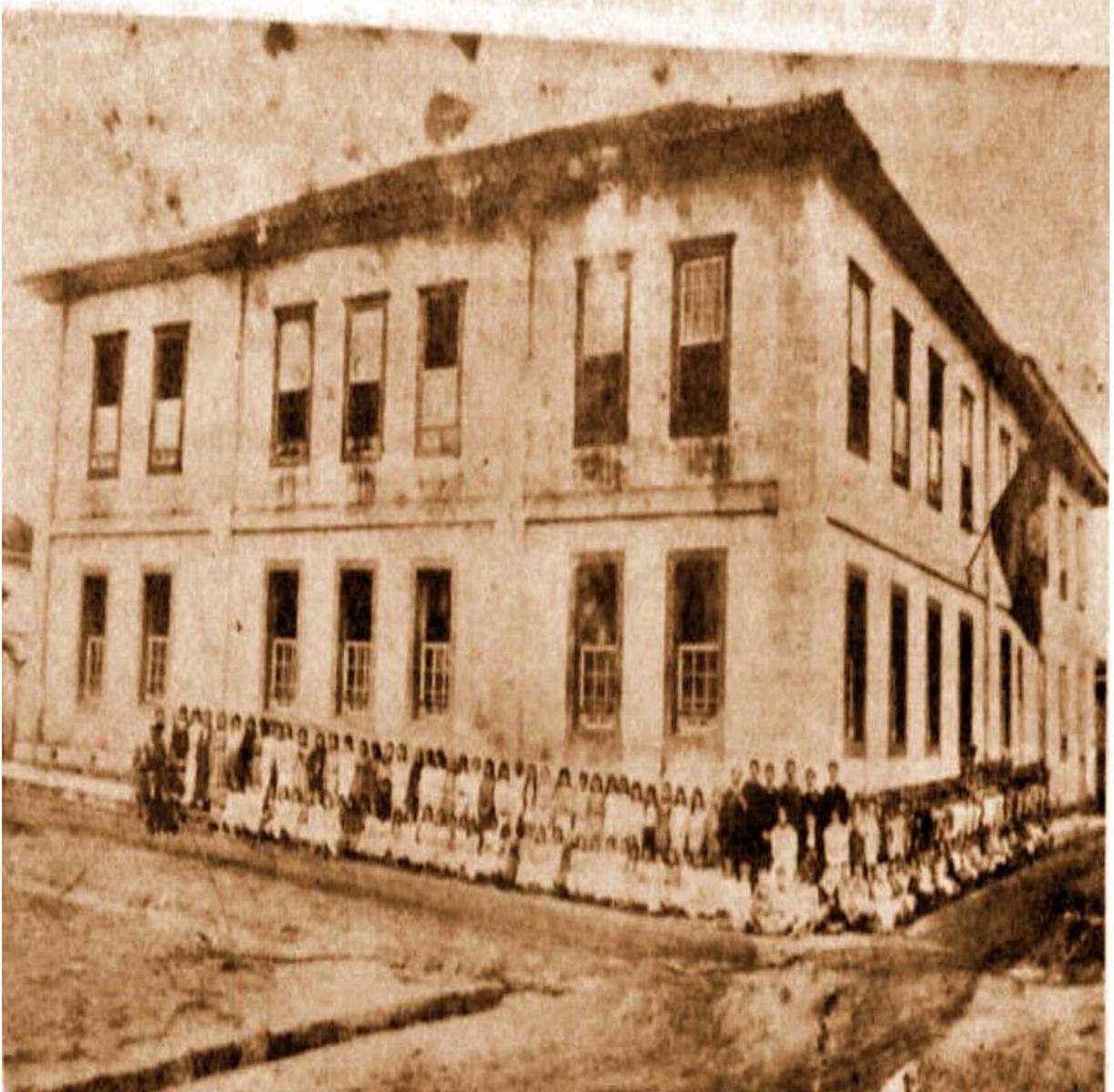
**Anexo B – Estação da Mogiana e grandes armazéns ao redor nos anos 40**



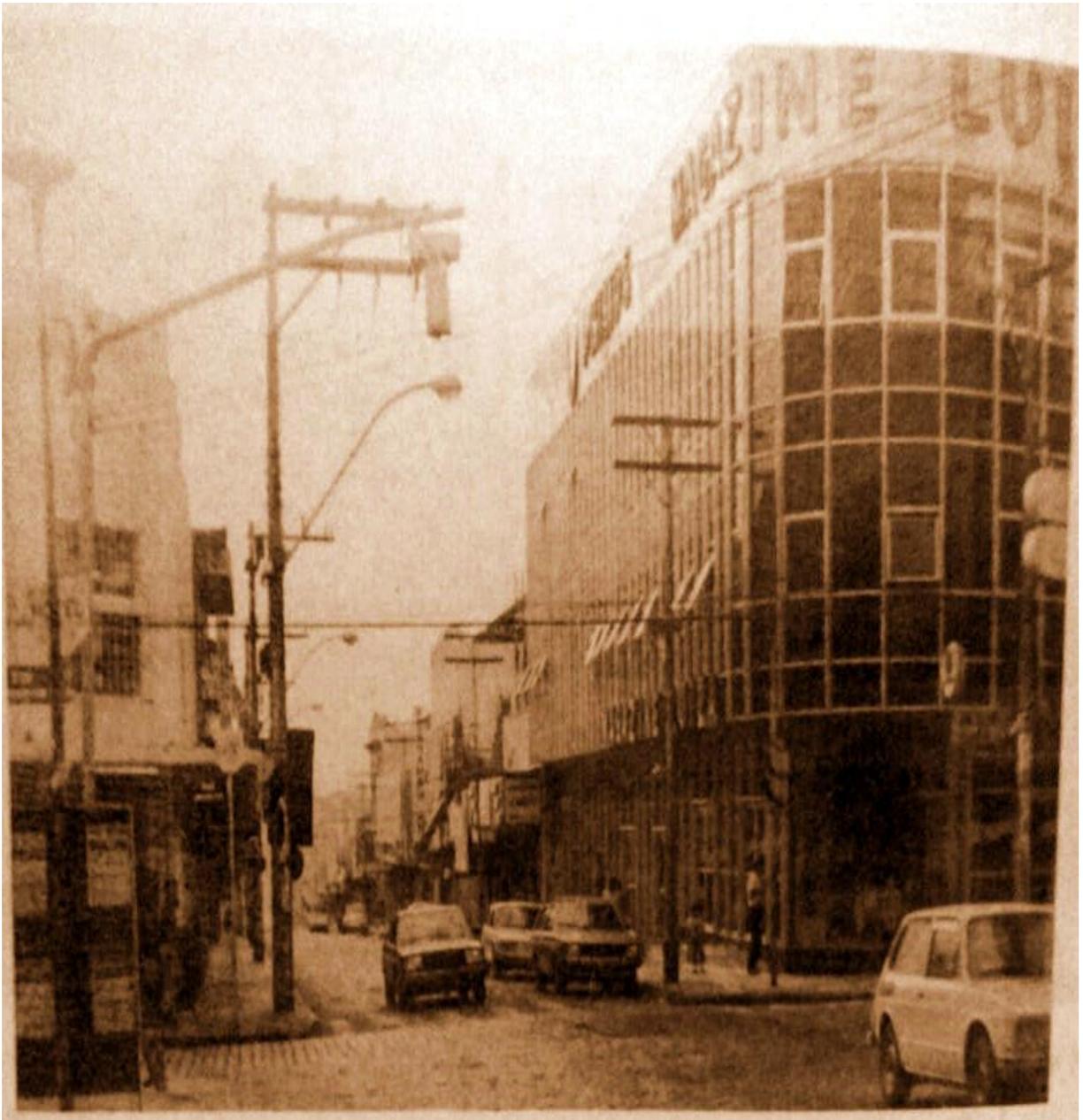
Anexo C – Praça Nove de Julho



**Anexo D – Antiga Casa de Câmara e Cadeia, já transformada em grupo escolar, no início do século XX**



**Anexo E – Rua Voluntários da Franca, loja Magazine Luiza**



Anexo F – Igreja Matriz, Praça N.S. da Conceição, em 1922



**Anexo G – Franca atualmente, em 2017, vista panorâmica.**



**Anexo H – Igreja Matriz, Praça N. S. da Conceição, em 2017.**



### Anexo I – Shopping de Franca



Anexo J – Shopping do Calçado de Franca



**Anexo K – Rua Voluntários da Franca esquina com a Rua Monsenhor Rosa, loja Magazine Luiza, em 2017**

